ATA DA 12ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – 2018
(174ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)

Ata da 12ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 13 de abril de 2018, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor **Desembargador Flávio Rostirola**, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília **Flávio Augusto Martins Leite**, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios **André Vinícius de Almeida**, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF **Hellen Falcão**, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal **Sandra Aparecida Dohler Ferreira,** o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF **Alexandre Moraes Pereira,** a Senhora Assessora do MPDFT **Gabriela Badaró**, o Senhor Secretário Especial do Processo Judicial Eletrônico **Declieux Dias Dantas,** a Senhora Coordenadora da Assessoria da Primeira Vice-Presidência **Anna Karina Campelo Pfeilsticker Rocha,** o Senhor Secretário Judiciário **Bruno Elias de Queiroga,** a Senhora Coordenadora da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância – COSIST **Kátia de Souza Prates** e a Senhora Coordenadora Substituta do CEJUSC/JEC/Brasília **Solange Solon Chaves.** Presente, ainda, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **Walter Waltenberg Silva Júnior,** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que esteve em visita a este Tribunal para conhecer sobre a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE nesta Casa. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria, Doutor Caio Brucoli Sembongi, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Segunda Vice-Presidência, Luciana Yuki Fugishita Sorrentino e o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Flávio Fernando Almeida da Fonseca. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor Desembargador Flávio Rostirola iniciou dando as boas vindas ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, ocasião em que apresentou os membros que compõem o Comitê Gestor do PJE nesta Casa, ressaltando que todos participam e todos tem direito a voto e a veto e a serem ouvidos neste Comitê. Suas manifestações e sugestões sempre são ouvidas, na busca por melhorias e avanços no PJE. Todas as questões têm sido discutidas e encaminhadas à área técnica que avalia a possibilidade de efetivá-las ou remetê-las ao Conselho Nacional de Justiça, como sugestão, para análise da conveniência de sua aplicação. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios também recebeu do CNJ, a incumbência de desenvolver todas as funcionalidades do PJE –

Módulo Criminal. Nesse momento, foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário do PJE que informou que existe uma equipe trabalhando em conjunto com o CNJ para desenvolver o módulo criminal. Na próxima semana, mais precisamente no dia 19/04/2018, será concluída a primeira etapa desse projeto, relativa aos dados vinculados à parte e na sequência, terá início o treinamento do sistema por parte dos usuários internos. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor do PJE ressaltou que sem a participação, empenho e dedicação dos magistrados da Casa, da OAB/DF, MPDFT, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral do DF e da área técnica do Tribunal, não seria possível a implantação do PJE de forma tão exitosa, sem a participação de todos aqueles que integram à Justiça. Destacou ainda que o Comitê Gestor é aberto à participação de todos bem como às sugestões, que são sempre bem vindas. Em seguida, declarou aberta a reunião. Na oportunidade, foi franqueada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do TJRO que agradeceu à acolhida e relatou sobre a intenção de se fazer no Estado de Rondônia, o Estado Digital, que seria à implantação do Processo Eletrônico desde a Delegacia até o STJ, passando pelas Procuradorias. Relatou que o Estado de Rondônia tem as contas públicas e o orçamento rigorosamente em dia neste aspecto. Dando prosseguimento à reunião, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor do PJE submeteu à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 11ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 06 de abril de 2018**. A ata foi aprovada por ausência de impugnação. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola passou ao **segundo item da pauta: Andamento e evolução do PJE no TJDFT.** Na ocasião, foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário Especial do PJE que fez uma breve retrospectiva sobre a implantação do PJE nesta Casa. Foi informado que em julho de 2014, o então Presidente do TJDFT Desembargador Getúlio Oliveira criou a Secretária Especial do PJE para a implantação do PJE. Relatou que a SEPJE é composta por uma equipe de 19 (dezenove) técnicos trabalhando apenas com o PJE. Além disso, existe outra equipe com 21 (vinte e um) técnicos que fazem atendimento presencial aos magistrados e servidores, com salas de atendimento espalhadas aqui no Tribunal e em cada um dos fóruns nas diversas circunscrições judiciárias que compõem o TJDFT. Todas as melhorias e correções que são feitas são encaminhadas ao CNJ, para aprovação. Posteriormente, são implementadas na Casa. O PJE já está em todas as varas de natureza cível, no total de 66% de varas com o PJE – 1º Grau e no 2º Grau está nas Turmas Cíveis, Câmaras Cíveis, Câmara Criminal, Turma Criminal, Conselho Especial e Conselho da Magistratura. Ressaltou que ainda este ano haverá a implantação do PJE Criminal, com pelo menos duas classes para que todas as unidades judiciárias estejam este ano com o PJE. Salientou que atualmente o MPDFT, o Banco do Brasil e a PGDF conversam com o Tribunal através do Modelo Nacional de

Interoperabilidade – MNI. A importância do MNI está no fato de que irá desafogar o PJE e melhorar o sistema. Foi informado que o trâmite é totalmente eletrônico e que apenas a questão dos correios ainda é física, pois não foi possível implantar o PJE com o E-Carta. O Desembargador Presidente do TJRO questionou se futuramente será possível avançar nessa questão e a Senhora Coordenadora da COSIST destacou que o projeto do E-Carta está sobrestado, mas que existe a previsão no contrato com os Correios de que o Tribunal poderá migrar para o E-Carta. O Senhor Secretário do PJE destacou que a prioridade da Casa e do CNJ, no momento, é o PJE Criminal. Ressaltou ainda que foi essencial para que a implantação ocorresse de forma exitosa, ter uma equipe do Tribunal trabalhando e auxiliando o CNJ, nas melhorias e correções do sistema. Em seguida, foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário Judiciário que deu as boas vindas ao Desembargador Presidente do TJRO e em seguida, esclareceu que o Presidente do Tribunal Desembargador Mario Machado determinou em sua gestão que a Secretaria Judiciária desenvolvesse um trabalho em parceria com a Secretaria do PJE – SEPJE para que fosse possível implementar o Sistema PJE no 2º Grau. Relatou que a SEJU dá suporte aos gabinetes, na atuação do PJE no 2º Grau. Destacou como fundamental que o departamento judiciário esteja envolvido junto com a área técnica para tornar mais fácil a implantação do PJE. Na oportunidade, relatou que a partir do dia 14/04/2018, todas as medidas do plantão passarão a ser distribuídas no PJE, exceto da parte criminal. O Núcleo de Plantão Permanente – NUPLA continuará avisando o Desembargador ou o Assessor que for indicado. O normativo deixa claro que não haverá perecimento de direito, sob nenhuma hipótese. No próximo dia 20/04/2018, serão implantadas no PJE – 2º Grau, as classes processuais Reclamação e a Revisão Criminal. Foi informado ainda, que no dia 14/04/2018, a Coordenadoria de Conciliação de Precatórios – COORPRE do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT começa a operar por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJe. Inicialmente, será realizado projeto piloto no qual a Vara de Ações Previdenciárias passará a remeter processos para a COORPRE em formato digital. A Vara de Ações Previdenciárias foi eleita para a realização do projeto piloto por estar totalmente digitalizada. Foi solicitada pelo Comitê Gestor a inclusão no Regimento Interno das Turmas Recursais, da previsão de Revisão Criminal, devendo cópia da presente ata ser encaminhada à Corregedoria para conhecimento do pleito. A Senhora Conselheira da OAB/DF questionou em relação ao Plenário Virtual e foi informado que a primeira sessão foi agendada para o dia 02 de maio do corrente ano. O Senhor Secretário Judiciário destacou que existem solicitações para expandir o Plenário Virtual para as demais Turmas Cíveis. Todavia, a Administração decidiu, por cautela, aguardar até que seja realizada pelo menos essa primeira sessão, para avaliar. Em seguida, a Senhora Defensora Pública relatou problemas em relação ao HC e solicitou que fossem feitas melhorias na tabela de

competência. Outra questão trazida pela Senhora Defensora Pública do DF foi quanto ao relato de que alguns magistrados têm demandado à DP para a visualização se apresenta adequada no PJE. Todavia, quando é feito o download pela secretaria da vara, os documentos não aparecem corretamente. O Senhor Secretário do PJE irá verificar essa questão. Na sequência, a Senhora Conselheira Hellen Falcão relatou sobre a questão dos Incidentes que ainda está gerando muitas dúvidas, tendo em vista que há procedimentos diferentes adotados neste Tribunal e em outros tribunais. Foi esclarecido, que o cumprimento de sentença só é incidental em relação aos processos físicos. Caso contrário, deve ser distribuído dentro dos próprios autos. Outra questão trazida pela Senhora Conselheira foi em relação ao valor da causa que ainda persiste a dificuldade para inserir no sistema e o Senhor Secretário do PJE informou que irá verificar porque aparece essa mensagem, mesmo tendo sido aumentado o valor da causa. Na ocasião, a Senhora Conselheira parabenizou a equipe da SEPJE pelos vídeos que foram inseridos na página do PJE sobre como utilizar o sistema, tendo em vista que são bastante esclarecedores. Ao final, foi relatado pela Senhor Representante da Procuradoria-Geral do DF, sobre a dificuldade de algumas varas em receber ofícios em suporte papel de órgãos externos. Em relação a essa demanda, o Comitê Gestor decidiu solicitar à Corregedoria que os ofícios de órgãos externos sejam recebidos e digitalizados pela secretara da vara, para inserção no PJE. Ao final, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Leite agendou a **13ª Reunião do Comitê Gestor do PJE** para o dia 20 de abril de 2018, às 13h30min. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 15h30min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade, segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA
Presidente do Comitê Gestor do PJE

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE
Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA
Procurador do MPDFT

HELLEN FALCÃO
Conselheira da OAB/DF

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA
Defensora Pública do DF

ALEXANDRE DE MORAES OLIVEIRA
Procurador do DF

GABRIELA BADARÓ
Assessora do MPDFT

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário Especial do PJE

ANNA KARINA CAMPELO PFEILSTICKER ROCHA
Coordenadora da Assessoria da Primeira Vice-Presidência

BRUNO ELIAS DE QUEIROGA
Secretário Judiciário

KATIA DE SOUZA PRATES
Coordenadora da COSIST

SOLANGE SOLON CHAVES
Coordenadora Substituta do CEJUSC/JEC/Brasília